

A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA E AS EDIÇÕES PRÓPRIAS DE CARTOGRAFIA ULTRAMARINA OITOCENTISTA

Luís Aires-Barros, Helena Grego e Cristina Matias¹

pp 9-16

Na segunda metade de oitocentos deu-se o movimento de corrida a África das potências industriais da Europa. As Sociedades de Geografia de Paris e de Londres promoveram viagens de exploradores que percorreram o interior do continente africano.

Em nome das ciências geográficas avançam-se projectos de ocupação de largas áreas da África, em particular do seu interior e centro. Surgiram assim justificadas preocupações quanto ao futuro da presença portuguesa em África.

Deve-se a Luciano Cordeiro e a um vasto número de intelectuais da época, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em 1875. Na petição que apresentam ao rei D. Luís, afirmam taxativamente que *os requerentes (...) julgam cumprir simplesmente um dever para com a Ciência (...) e para com a Pátria (...) procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de inúmeros estudiosos; ligar o país ao convívio científico do mundo civilizado (...), e finalmente evocar a luz e a justiça da Crítica moderna para o grandioso e infelizmente esquecido, caluniado ou mutilado trabalho com que a Nação Portuguesa, pelos velhos cosmógrafos e navegadores, há contribuído para a civilização geral e para a vasta e completa Ciência da Terra.*

¹ Sociedade de Geografia de Lisboa.

De maneira menos prosaica, os Estatutos da SGL, de 1876 e ainda em vigor, após pequenos retoques, no seu Artigo 2º define que “os fins da Sociedade são:

- “o estudo e conhecimento da geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações e progressos;
- o estudo e conhecimento especial da geografia, da história e da etnologia portuguesa;
- a demonstração científica do lugar de Portugal na história da civilização e, em especial, na história da geografia, da navegação e do comércio, bem como a reivindicação histórica dos seus direitos e da sua individualidade independente e soberana;
- a colheita, discussão e vulgarização de notícias e documentos que façam mais e melhor conhecidos os territórios e povos incluídos na soberania ou na influência de Portugal, fora da Europa;
- o estudo e a consulta dos meios de melhorar, aproveitar e desenvolver as forças e recursos naturais e económicos de Portugal e, especialmente, dos seus domínios ultramarinos;
- o estudo e auxílio das colónias portuguesas existentes em país estrangeiro, no sentido de nelas conservar, fortalecer e desenvolver, e por elas fazer servir e honrar, a tradição, o sentimento e os interesses da nacionalidade portuguesa;
- o desenvolvimento das relações e permutações científicas, e a representação de Portugal, no movimento internacional de trabalho e cooperação de estudo, especialmente enquanto importe às ciências geográficas;
- o desenvolvimento do ensino da geografia e do gosto pelos estudos geográficos e pelas explorações e excursões científicas;
- a cooperação com o Estado, e a representação e consulta aos Poderes Públicos e ao país, na esfera de Ciência e das Leis, enquanto importe aos fins sociais;
- a cooperação, convivência e protecção dos seus sócios, no sentido de facultar-lhes e facilitar-lhes, pelo trabalho em comum e pela assistência mútua, a instrução, o estudo, a economia e as diversões educativas”.

A realização destes fins é referida em 14 itens do artigo 3 dos Estatutos.

Citamos apenas o item 10 pela sua importância e projecção no futuro da Sociedade. Diz ele: “organizando, promovendo ou auxiliando explorações, expedições e excursões científicas ou de estudo, e a formação de grupos ou clubes seccionais de excursões, de exercícios ou de diversões educativas que concorram para melhorar e fortalecer a educação cívica nacional, e auxiliar a difusão e aperfeiçoamento dos conhecimentos geográficos”.

Importante ainda é salientar que a SGL realiza a “preparação, instrução e desenvolvimento da sua actividade e representação científica” por meio de Comissões Gerais e Secções Profissionais.

Salientemos que a SGL pelas suas Comissões Africana e Asiática muito especialmente procura *o estudo e a consulta dos meios de melhorar, aproveitar e desenvolver as forças e recursos naturais e económicos de Portugal e, especialmente dos seus domínios ultramarinos.*

Desde o início e de modo particular após a criação da Comissão Nacional de Exploração e Civilização de África, por proposta da direcção subscrita por Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro e Rodrigo Pequito aprovada em 27 de Março de 1877, esta Sociedade promove e patrocina múltiplas empresas de exploração e ocupação territorial de que se salientam as expedições de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Deste modo a SGL foi dando corpo e forma aos movimentos de opinião pública sobre o Ultramar português, divulgando-os e promovendo amplas discussões estendidas à sociedade civil, levando ainda ao governo resultados desta importante actividade cultural. Acresce que a Sociedade se lança em campanha de relações com agremiações congéneres estrangeiras sendo interlocutora, do lado português, com os meios científicos internacionais, inclusivamente apoiando a acção dos nossos diplomatas.

Concomitantemente com esta acção da SGL, instituições como a Real Academia das Ciências de Lisboa promoveram uma série de conferências públicas sobre temas ultramarinos em que participaram o Marquês de Sousa Holstein, Pinheiro Chagas entre outros.

Entretanto o Ministério da Marinha e Ultramar cria, por decreto de 17 de Fevereiro de 1876, a Comissão Central Permanente de Geographia. Neste acto ficam bem expressas as preocupações do governo português pelo conhecimento científico do ultramar, na esteira do que faziam as demais potências europeias com interesses em África.

Lê-se no preâmbulo deste decreto que “considerando como é de máxima conveniência pública a existencia de uma comissão permanente, composta de pessoas que, pelos seus variados conhecimentos scientificos, possam cooperar para o progressivo desenvolvimento e aperfeiçoamento da geographia, da historia ethnologica, da archeologia, da anthropologia e das sciencias naturaes em relação ao territorio portuguez, mormente das possessões do ultramar; já organizando explorações scientificas; já colligindo exemplares e documentos que interessem ás mesmas sciencias; já promovendo e auxiliando quaesquer trabalhos e publicações que se julguem adequadas; já, finalmente propondo ao governo todas as providencias que tendam a tornar mais e melhor conhecidas aquellas vastas e importantes regiões ultramarinas”.

Esta comissão era “composta de dezoito vogaes effectivos residentes em Lisboa, e de delegados, sem numero fixo, não só no reino e nas provincias ultramarinas, mas tambem nos paizes estrangeiros”.

Entretanto, dado o êxito das actividades da SGL e procurando articular as funções do Estado com as da Sociedade, visto que os objectivos a alcançar eram os mesmos foi, esta comissão, em 1880, pelo decreto de 12 de Agosto integrada na Sociedade de Geografia com o nome de Comissão Central de Geografia.

Sem dúvida que a SGL, ao tempo, para além do prestígio que adquirira pelas suas actividades, tinha grande influência no Governo. Acresce que os homens públicos que opinavam quer no Ministério da Marinha e Ultramar, quer na SGL, julgaram mais adequado que a Sociedade fosse o que hoje se chama um “thinking tank” e o Ministério o decisor das ideias geradas naquela. Deste modo a integração da Comissão na SGL servia a estes fins dadas as suas características de associação sócio-cultural virada para os assuntos ultramarinos a que faltavam os meios de acção que agora lhe eram outorgados pela existência da mencionada comissão.

A originalidade deste facto resulta da integração de um organismo oficial em uma associação particular. Todavia deve salientar-se que

a personalidade jurídica da comissão, mesmo com o nome alterado, manteve-se. Não houve fusão entre as duas entidades. A SGL apenas assegurou o funcionamento da agora designada Comissão Central de Geographia, facultando-lhe instalações, material e pessoal. Quer dizer que a comissão passou a ser um organismo do Estado ao cuidado da SGL, mantendo os poderes públicos o apoio financeiro para que a Comissão pudesse actuar.

De novo sobressai o nome cimeiro de Luciano Cordeiro que com a sua rara inteligência, capacidade de trabalho e sageza procurava com esta simbiose, em um meio político um tanto volátil, garantir uniformidade de critérios e opiniões na planificação e execução das acções a empreender sobre o ultramar português. Dado o atraso do país no conhecimento científico, geográfico em particular, dos territórios ultramarinos urgia que a SGL e governo trabalhassem em convergência de interesses.

A Comissão Central Permanente de Geographia salientara devidamente a necessidade da ocupação geodésica, cartográfica e hidrográfica dos territórios ultramarinos. Entretanto a SGL faz saber ao governo da necessidade urgentíssima de se realizar o levantamento hidrográfico das costas e dos portos dos territórios ultramarinos.

É então que o governo cria a Comissão de Cartografia, composta pelo major de engenharia Agostinho Pacheco Leite de Bettencourt como presidente, capitão-tenente Hermenegildo Capelo, capitão de engenharia Carlos Roma do Bocage, primeiro tenente Roberto Ivens e tenente de engenharia Afonso de Moraes Sarmento como secretário. Esta comissão trabalhava no Ministério da Marinha e Ultramar.

Vale a pena reler os considerandos que justificam a criação desta Comissão de Cartografia pois dão ideia do enorme trabalho a realizar face à precária ocupação cartográfica do ultramar português.

A acção e os trabalhos da Comissão de Cartografia foram de enorme interesse como afirma o Prof. Luís de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 1983, p. 10) quando diz “a decisão, finalmente tomada em 1883, no sentido de através de provas cartográficas cientificamente preparadas, ficar testemunhada a amplitude dos direitos coloniais portugueses em África, aproxima-se, quanto a intenções e a resultados, das medidas que nos séculos XV e XVI se tomaram, através igualmente de meios cartográficos, para documentar a extensão das navegações desse tempo”.

Foi em ambiente de sintonia política e científica que o então ministro Prof. Barbosa du Bocage (que havia sido Presidente da SGL de 1877 a 1883) referenda o Decreto de 19 de Abril de 1883 que institui a Comissão de Cartografia *encarregada de elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal e bem assim quaisquer estudos geographicos a ellas immediatamente ligados, segundo as instruções que, pela secretaria d'estado dos negócios da marinha e ultramar, lhe serão ministradas (...)*.

Para além de Luciano Cordeiro deve-se recordar Ernesto de Vasconcelos. Foi Secretário-Geral da SGL (1911-1930) e foi Presidente da Comissão Central de Cartographia. Aqui a sua acção foi notável: promoveu a criação de diversas missões geográficas e científicas, a elaboração de inúmeras cartas dos territórios ultramarinos, organizou e publicou muita documentação justificativa dos direitos portugueses no traçado de fronteiras, organizou várias exposições de que se recorda a de cartografia (1903/4), as de produtos coloniais (1903 e 1906), a dos meios de transporte (1909) e dois Congressos Coloniais (1924 e 1930).

Há um documento dactilografado, anónimo, sem data com o título *Breve resumo da actividade da antiga Comissão de Cartografia e da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* que refere, sucintamente as mencionadas actividades entre 1883 e 1943.

Este documento foi publicado em 1983 no volume *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica e Tropical (1983) 100 anos de História*. Acresce que este relatório é enriquecido por várias extensas notas esclarecedoras.

Todavia não foi despicienda a produção cartográfica específica da SGL no lapso de tempo 1880-1894.

Acrescentam-se a seguir alguns elementos sobre esta documentação cartográfica existente na Biblioteca e Cartoteca da SGL limitando-nos a mencionar a cartografia manuscrita e/ou editada pela SGL, deixando de lado aquela editada pela Comissão de Cartografia que aliás existirá também no actual IICT. Deste modo se disponibiliza à comunidade científica interessada o conhecimento deste importante espólio.

Apresentam-se os resultados do levantamento e estudo das cartas editadas pela SGL. Numa primeira fase, trabalhou-se o ficheiro manual de cartografia, assim como um antigo catálogo impresso, realizado

por ocasião da exposição de cartografia de 1903-1904, bem como 111 artigos do Boletim da SGL editados entre 1883 e 1936 e relativos a cartografia (s.l.). Grande parte das cartas foram editadas com textos relacionados. Como a maioria das cartas são itinerárias os textos relacionados são narrativas de viagens. Num segundo passo, elaborou-se um registo manual, descritivo dos elementos mais significativos desta cartografia – título, autor, local e data de edição, escala, dimensões, e outras características relevantes que cada exemplar pudesse revelar.

Posteriormente os registos manuais foram transpostos para registos informáticos. Houve cuidado especial, não só no preenchimento dos itens futuramente visualizáveis pelo investigador comum, como também nos itens codificados, que poderão ser utilizados em pesquisas mais avançadas e/ou constituição de índices específicos. Estão estudados e catalogados os seguintes conjuntos cartográficos:

- Conjunto de 15 cartas itinerárias, relativas a expedições geográficas africanas, relativamente às quais o papel preponderante da SGL é sobejamente conhecido.
- Cinco cartas relativas à delimitação de fronteiras e construção de caminhos de ferro.
- Conjunto de 11 plantas de cidades das ex-Colónias, apresentadas ao então Ministério da Marinha e Ultramar, com o objectivo de serem enviadas ao Congresso Internacional de Ciências Geográficas.
- Conjunto de 10 cartas hidrográficas parcelares de Moçambique e Angola, que se inseriam num projecto mais amplo da SGL, tendo em vista o conhecimento hidrográfico e o incremento das comunicações.
- Conjunto de 3 cartas gerais.

Em anexo apresentam-se algumas das cartas e plantas de cidades que foram edições próprias da SGL.

Todavia, no âmbito do projecto da FCT que subsidiou a investigação sobre cartografia política e de territórios coloniais de que se apresenta aqui o essencial quanto à actividade da SGL, fez-se a descrição pormenorizada de todas as cartas editadas por esta Sociedade de Geografia. Elaborou-se ainda relação exhaustiva dos artigos do Boletim da SGL

que se referem aos mesmos estudos de cartografia, no intervalo de 1883 a 1936.

Verifica-se da análise dos dados do levantamento da cartografia editada que é pouca a posterior a 1893. Cerca de 90% desta cartografia (40 cartas) são editados entre 1881 e 1893. Representarão a acção específica da SGL para a cartografia oitocentista ultramarina, bem como a actividade do período em que a Comissão Central de Geographia estava inserida na SGL.

Se procurarmos saber a distribuição das cartas em apreço pelos territórios ultramarinos é a seguinte:

Angola	8
Moçambique	17
Guiné	3
Ajudá/Daomé	1
S. Tomé e Príncipe	3
Cabo Verde	5
Índia	2
Macau	3
África	2

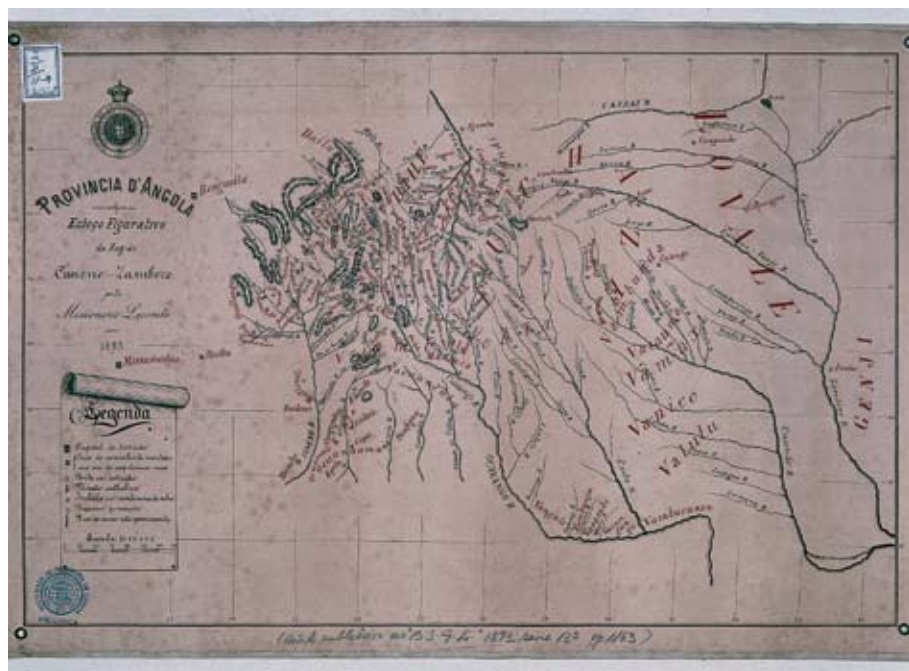
Boa parte deste trabalho foi realizado no âmbito do projecto da FCT “Cartografia Política e Territórios Coloniais” POCTI/HAR/42217/2001.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, L. de, 1983, “A Comissão de Cartografia e a cartografia portuguesa antiga” in *Rev. do Inst. Geográfico*, Cad. n.º 3, p. 9-15, Lisboa.
- IICT, 1983, *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 anos de História*, Lisboa, IICT.

ANEXOS

CSGL 2-D-11a
CSGL 2-D-11b
BSGL 57-C-2



LECOMTE, Ernesto, Padre, Sóc. da SGL

Provincia d'Angola: Esboço Figurativo da Região Cunene-Zambeze pelo Missionario Lecomte em 1893 [Material cartogr.]. – Escala 1:3 000 000 ; Coord.: Lat. 10° 30' – 18° 30' Sul/Long. 13° 00' – 24° 00' Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1893. – 1 f.: color. ; 32,0 x 49,0 cm em folha de 39,0 x 57,0 cm² ex.: 32,0 x 49,0 em folha de 35,5 x 52,0 cm). – Existem 3 ex. – No canto superior direito: Emblema da S.G.L. – No canto inferior esquerdo: Legenda: Capital de districto; Sede de concelho de residencia ou de capitania-mor; Forte ou estação; Missão catholica; Imbala ou residencia de soba; Pequena povoação; Rios de curso não permanente. – Por baixo da legenda: Carimbo da Biblioteca da SGL. – Existe um ex. manuscrito, sem título, que tem a cota CSGL 2-D-11. – N° 713 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. – 2° ex.: colado sobre tela. – Texto relacionado: Entre o Cunene e o Zambeze: Carta do Padre Lecomte – In: Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa. – Sér. 13, n° 12 (Dez. 1894). – p. 1163-1165. – O 3° ex. foi publicado junto com o texto: Chronica das Missões: Relatório do Padre Lecomte acerca das missões do interior de Benguella. – In: Portugal em África. – Vol. 1, n° 5 (Maio 1894), n° 6 (Jun. 1894). – p. 161-172, p. 183-205. – Publicado em: Tesouros da Soc. de Geografia de Lisboa. – p. 60. Ed. da S.G.L.

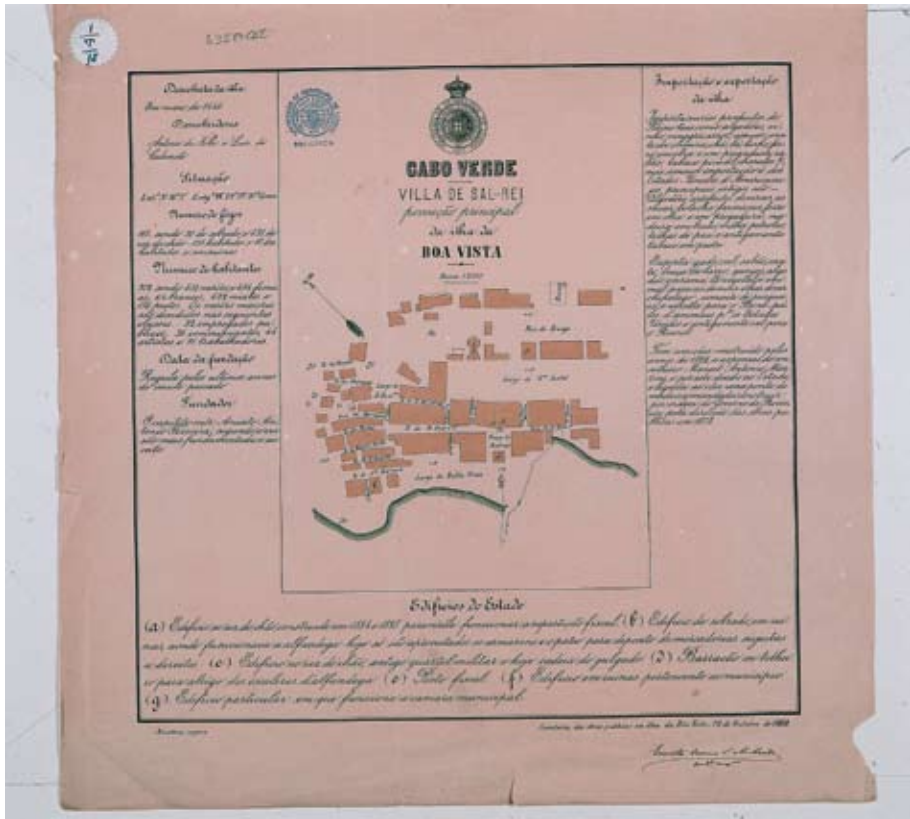
Angola–Cartografia/Angola–Viagens/Angola–Missões Religiosas/Angola–Hidrografia



ROSA, Ramiro da, Oficial do Exército, Sóc. n.º 1854, de Out. 1891

Carta Chorographica das Possessões Portuguezas ao sul do imperio da China: Feita e desenhada pelo tenente Ramiro da Roza, S.S.G.L. (1891) [Material cartogr.]. – Escala 13:500 000 ; Coord.: Lat. 22° 3' – 22° 16' Norte/Long. 113° 25' – 113° 39' Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1891. – 1 f.: color. ; 59,0 x 59,0 cm em folha de 64,0 x 64,0 cm. – No canto superior direito: Emblema da S.G.L.. – No canto inferior direito: Rosa dos ventos e escala gráfica. – No canto superior esquerdo: Carimbo da Biblioteca da SGL. – No canto inferior esquerdo: Latitude e longitude de Macau; Legenda: Fortalezas; Territorios Portuguezes; Dos Chinas. – Na margem inferior direita: 1891 – Lithografia da Imprensa Nacional. – Existe um exemplar ms., que tem a cota CSGL 3-G-17. – Texto relacionado: Territorios portuguezes ao sul da China: Carta Chorographica do Tenente Ramiro da Rosa, S.S.G.L. – In: Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa. – Sér. 10, n.º 6-7 (Jun.-Jul. 1891). – p. 289-292. Ed. da S.G.L.

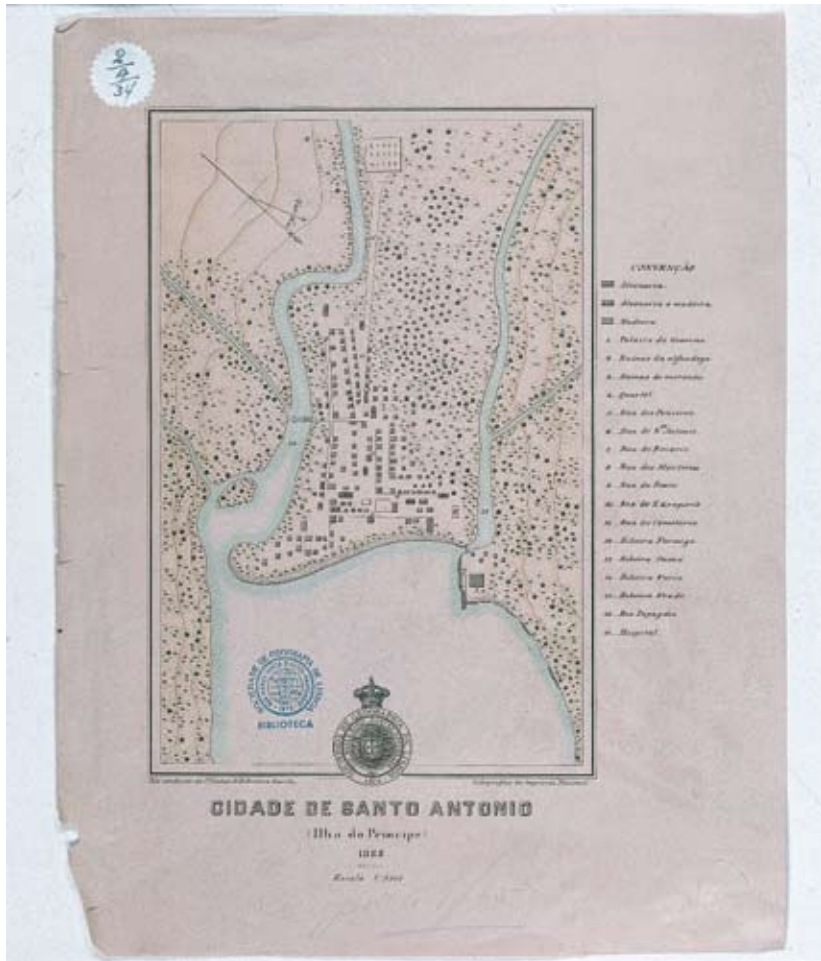
Macau–Cartografia/China–Cartografia



ANDRADE, Ernesto Soares de, Condutor auxiliar

Cabo Verde: Villa de Sal-Rei: Povoação principal da ilha da Bôa Vista [Material cartogr.]/Ernesto Soares d'Andrade. – Escala 1:2 500. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, [1888]. – 1 f.: color. ; 36,5 x 37,0 cm em folha de 45,2 x 45,5 cm. – Litogr. – À esquerda: Dados históricos, coordenadas geográficas e dados estatísticos. – À direita: Dados sobre importação e exportação da ilha. – Em baixo, legenda: Edifícios do Estado. – Em cima: Emblema da S.G.L. – Na margem inferior, à esquerda: Nozolino, copiou. – Na margem inferior, à direita: Secretaria das obras públicas na ilha da Bôa Vista, 12 de Outubro de 1888. – Assinalado o norte magnético. – N° 635 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. – Publicado em: Tesouros da Soc. de Geografia de Lisboa. – p. 59. – Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. – Vol. 2. – p. 134. Ed. da S.G.L.

Cabo Verde–Cartografia–Boa Vista–Sal-Rei/Cabo Verde–Urbanismo–Boa Vista–Sal-Rei/Cabo Verde–Toponímia–Boa Vista–Sal-Rei



GARCEZ, Bernardo Heitor Pereira, Conductor da 1ª Classe, Sóc. n.º 2194, de 1892
Cidade de Santo António: Ilha do Príncipe [Material cartogr.]/B. H. Pereira Garcéz.
– Escala 1:5 000. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1888 (Lisboa: Impr. Nac.) .
– 1 f.: color. ; 26,8 x 18,1 cm em folha de 37,8 x 29,5 cm. – Existem 2 ex. – Na margem
direita: Convenção (legenda com indicações do tipo de construção, alguns edifícios, ruas
e hidrografia). – Em baixo: Emblema da S.G.L.. – No canto superior esquerdo, variação
magnética: 18° 00'. – Na margem inferior, à direita: Lithografia da Imprensa Nacional.
– Publicado em: Tesouros da Soc. de Geografia de Lisboa. – p. 58. – Ensaio de Iconografia
das Cidades Portuguesas do Ultramar/Luís Silveira. – Vol. 2. – p. 169. Ed. da S.G.L.
São Tomé e Príncipe–Cartografia–Príncipe–Santo António/São Tomé e Príncipe–
Urbanismo–Príncipe–Santo António/São Tomé e Príncipe–Toponímia–Príncipe–Santo
António



HEITOR, António, Condutor Civil das Obras Públicas de Macau, Sóc. n.º 3473, de 1898

Planta da Península de Macau [Material cartogr.]/color. e desenho António Heitor. – Escala 1:5 000 ; Coord.: Lat. 22° 11' (sic) Norte/Long. 113° 33' Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, [1889]. – 1 f.: color. ; 1 ex.: 81,5 x 57,0 cm em folha de 84,0 x 59,5 cm2 ex.: 81,5 x 57,0 cm em folha de 92,0 x 68,1 cm. – Existem 3 ex. – Na margem inferior esquerda: Assumpção, lith.. – Na margem inferior direita: Lithographia da Imprensa Nacional. – No canto inferior direito: Emblema da S.G.L. – Assinalados com cor vermelha, em destaque, os edifícios militares e religiosos. – No farol da fortaleza da Guia estão assinaladas as coordenadas geográficas. – À esquerda do tit.: Norte Magnético. – N.º 890 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. – Publicado em: Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. – Vol. 3. – p. 472. – Pl. topográfica (estão assinaladas as altitudes). Ed. da S.G.L.

Macau–Cartografia/Macau—Urbanismo



SILVA, José Francisco da, ca. 186– , Técnico gráf., Desenhador da Dir. das Obras Públicas, Sóc. n° 3033, de 1883; Despediu-se em Set. 1891; Reeleito em Set. 1897

India Portuguesa: Planta da Villa de Mapuçá: Concelho de Bardez [Material cartogr.]/ José Francisco da Silva. – Escala 1:5 000. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1888. – 1 f.: color. ; 23,0 x 39,7 cm em folha de 31,0 x 47,5 cm. – Existem 2 ex. – No canto inferior esquerdo: Legenda dos edificios, dados demográficos e superficie em metros quadrados. – No canto superior direito: Emblema da S.G.L.. – À esquerda do tít.: Norte Magnético. – Referido em: Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar/Luís Silveira. – Vol. 3. – p. 360. – Inclui reprod. em tamanho reduzido. Ed. da S.G.L.

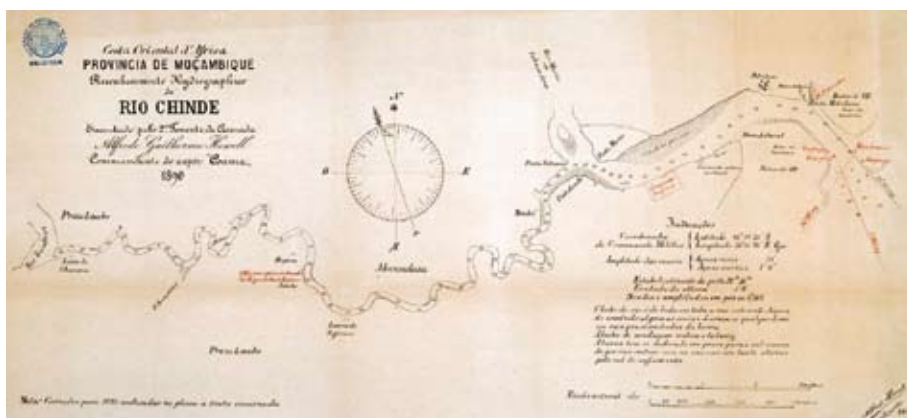
Índia-Cartografia-Bardez-Mapuçá/Índia-Urbanismo-Bardez-Mapuçá/Índia-Toponímia-Bardez-Mapuçá



AFREIXO, Jaime Maria da Graça, 1867-1942, 1º Tenente da Armada
 Traçado Rápido dos Cursos dos Rios Inhamacurra, Maali e Nameduro: Levantamento feito pela Lancha – Canhoneira – Sabre em Agosto de 1893 [Material cartogr.]/J. Affreixo. – Escala 1:74 000 (em milhas). – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, [1893]. – 1 f.; color. ; 77,0 x 51,5 cm em folha de 83,5 x 55,3 cm Pormenor do lado esquerdo: 11,1 x 6,3 cm. – Litogr. – À esquerda, na parte superior da mancha: “Rede dos rios do Norte de Quilimane até ao Licungo”. – À direita, na parte superior da mancha, abaixo do tít.: descrição de 13 rios. – O mapa contém medições em metros da largura dos rios e a sua profundidade em pés e braças. – N° 825 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. Ed. da S.G.L.

Moçambique–Cartografia/Moçambique–Hidrografia

CSGL 2-E-37
BSGL 35-B/C



HOWELL, Alfredo Guilherme, 2º Tenente da Armada, Sóc. nº 2040, de 1892; Passou a Sóc. Corresp. nº 2357 em Mar. 1895; Passou a Sóc. Ordinário nº 2779 em Fev. 1897

Carta Oriental d'África: Província de Moçambique: Reconhecimento Hydrographico do Rio Chinde: Executado pelo 2º Tenente da Armada Alfredo Guilherme Howell Comandante do vapor "Coama": 1890 [Material cartogr.]. – Escala 1:50 000 ; Coord.: Lat. 18º 33' 25" Sul/Long. 36º 35' 34" Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1897. – 1 f.: color. ; 00,0 x 00,0 cm em folha de 00,0 x 00,0 cm. – Existem 2 ex. – Na margem superior, à esquerda: Boletim nº 11 da S.G.L. – Série nº 16. – No canto inferior esquerdo: Nota. – No canto inferior direito: Alfredo Howell, 1º Tenente, 1897. – À direita: Indicações: – Coordenadas do Comando Militar; Amplitude das marés (Águas vivas 13'; Águas mortas 57' 6"); Estabelecimento do porto IVh 30m; Unidade de altura 5' 8"; Sondas e amplitudes em pés ou 0,305m; Etc. – Com sondagens. – Variação magnética: 17º NO. – O 2º ex. esta enc. entre as p. 146 e 147 do mesmo Bol., embora não exista aí qualquer texto relativo à região em questão. Ed. da S.G.L.

Moçambique–Cartografia–Chinde/Moçambique–Hidrografia–Chinde